

III CBP: diversidade da Psicologia brasileira



Disputa eleitoral nos Conselhos qualifica próximas gestões - p.3

Em debate, resolução para garantir as contribuições da Psicologia no Sistema Prisional - p.10

Início de conversa

EDITORIAL

Esta edição do Jornal do Federal vem no contexto da avaliação do processo eleitoral pelo qual acabam de passar todos os Conselhos Regionais e o Conselho Federal. Não há dúvida de que a presença de mais de uma chapa na maioria dos Regionais e na consulta nacional fortalece o processo político eleitoral, pois confere visibilidade às diversas perspectivas que a categoria aponta para a Psicologia. A categoria se fortaleceu e estaremos mais bem preparados para construir o projeto de compromisso social da profissão nos diálogos, embates e alianças com a sociedade e com o Estado. E também estaremos mais bem preparados para atuar nos mais diversos espaços de definição de políticas públicas e na busca de referências para a atuação na profissão.

O debate eleitoral, portanto, alimenta o trabalho que o Conselho realizará nos próximos três anos, balizado pelas diretrizes aprovadas no VII Congresso Nacional da Psicologia (CNP). E aponta desafios. Embora significativa e apresentando pequeno crescimento em relação ao pleito anterior, a participação dos psicólogos precisa aumentar no momento eleitoral, em que se definem os grupos responsáveis por conduzir os trabalhos dos conselhos entre um CNP e outro. Mas, não só. Os conselhos de Psicologia têm desenvolvido, em sua história mais recente, mecanismos de gestão cada vez mais democráticos. Entretanto, a consolidação dos modos democráticos de funcionamento requer que se garanta a participação e representação de todos os envolvidos. Esse é o desafio: fortalecer, consolidar e aperfeiçoar os dispositivos institucionais que garantam a coerência com os princípios da ampla participação, transparência, avaliação constante das ações.

Como um dos recursos para isso, o Jornal do Federal procura retratar as ações do CFP, ao mesmo tempo em que aponta debates necessários, questões e polêmicas a ser enfrentadas, procurando sempre explicitar os eixos que guiam as ações.

Nessa edição, há notícias sobre a presença da Psicologia em vários campos de atuação: em emergências e desastres e no âmbito da Defesa Civil; nos sistemas proteção à criança e ao adolescente e ao idoso; na saúde suplementar; no sistema prisional; na saúde mental; na assistência social. Podemos identificar, em cada um desses campos, avanços e desafios, considerando a possibilidade de ampliação da participação de psicólogos, a possibilidade de ações coerentes com os princípios éticos da profissão e a possibilidade de cada vez mais produzir uma profissão comprometida com o avanço da sociedade na direção da promoção de direitos e do atendimento às necessidades sociais.

Temos aqui também notícias sobre a organização da psicologia como área, como ciência e profissão com presença social forte. Uma delas é a realização do III Congresso Brasileiro: Psicologia Ciência & Profissão. Esta edição traz pequena – muito pequena – amostra do que foi o III CBP, que, em grande esforço permitir o diálogo da Psicologia brasileira e latino-americana, reuniu oito mil profissionais, pesquisadores e estudantes para divulgar e refletir sobre as produções da área.

Durante o III CBP, o CFP, em parceria com as entidades do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (Fenpb), anunciou para 2011 o lançamento de atividades comemorativas do cinquentenário da regulamentação da profissão no Brasil. Em 2012 a Psicologia como profissão regulamentada completará 50 anos e desde já estamos em festa. O CFP lançou também, na ocasião, o selo comemorativo dos 50 anos.

A boa comemoração é aquela que permite balanços, avaliações, acertos de rotas e, principalmente, um revigorar que anime a continuidade dos trabalhos para se fazer o melhor. Eis aí uma boa oportunidade para aliar a festa à disposição para a participação crítica, desde as gestões dos conselhos, até a categoria, garantindo que os desafios para a profissão sejam superados coletivamente.

ERRATAS

O crédito correto da fotografia publicada na página 12 da edição nº97 do Jornal do Federal é Lidyane Ponciano-ASCOM/CRP-MG.

Na página 18 da mesma edição nº97, na notícia sobre uso dos testes psicológicos, foi publicada a informação de que o Inventário Hogan de Personalidade é teste sem possibilidade de uso atual, porque ainda não foi enviado para análise do CFP. Entretanto, esse inventário foi recebido pelo Conselho em 2009 para a análise prevista na Resolução CFP nº 002/2003. O instrumento foi verificado pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica, que constatou tratar-se de teste psicológico e, portanto, de uso privativo dos psicólogos. Os autores foram avisados e solicitaram a análise prevista na Resolução CFP nº 002/2003. O teste está em análise pelo CFP e o andamento do processo pode ser acompanhando pela “Lista dos testes recebidos” no Satepsi (<http://www2.pol.org.br/satepsi/>).

EXPEDIENTE

PLENÁRIA ELEITA

DIRETORIA

Humberto Cota Verona
Presidente

Ana Maria Pereira Lopes
Vice-presidente

Clara Goldman Ribemboim
Secretária

André Isnard Leonardi
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Alexandra Ayach Anache
Deise Maria do Nascimento
Elisa Zaneratto Rosa
Iolete Ribeiro da Silva
Maria Christina Barbosa Veras

CONSELHEIROS SUPLENTES

Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Andréa dos Santos Nascimento
Anice Holanda Nunes Maia
Aparecida Rosângela Silveira
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues

Jureuda Duarte Guerra
Marcos Ratinecas
Maria da Graça Marchina Gonçalves

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Aluizio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luiza Moura Oliveira

COORDENADORA GERAL

Yvone Magalhães Duarte

EDIÇÃO

Maria da Graça Marchina Gonçalves

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Priscila D. Carvalho

REPORTAGEM

Priscila D. Carvalho
Livia Domeneghetti Davanzo
Pablo Emílio de Mattos
Dyelle Menezes
Jennifer Araújo

PROJETO GRÁFICO

Liberdade de Expressão

DIAGRAMAÇÃO

Fabício Martins / Alessandro Santanna

Democracia nos Conselhos

Disputa eleitoral nos Conselhos qualifica gestões

As 27 chapas que concorreram pela eleição nos 18 Conselhos Regionais e as duas que disputaram a consulta para o Federal evidenciam a presença de diversos grupos organizados e refletindo sobre a profissão e mostram que o processo eleitoral de 2010 promoveu o debate de várias perspectivas existentes na Psicologia. Para a atual vice-presidente do CFP, Ana Lopes, a presença de diversas chapas fortalece o processo político que se faz necessário para concretizar o projeto de uma Psicologia comprometida com questões sociais relevantes, com a promoção de direitos e que assim pretende se apresentar à sociedade e ao Estado. “O fato de termos uma eleição disputada para o CFP nesse momento é um grande ganho porque qualifica a gestão que se iniciará no final deste ano, pois esta gestão ocorrerá permeada pelos debates da eleição”, avalia.

Em oito CRPs houve disputa de chapas, com destaque para o CRP – 13 (Paraíba), onde três chapas concorreram às eleições. A posse das novas gestões dos 18 Conselhos Regionais ocorre no final de setembro e a do Federal ocorre em dezembro de 2010. A homologação da consulta nacional e a cerimônia de posse serão realizadas durante a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF).

Na consulta nacional, 74.727 psicólogos votaram. Foi eleita a chapa “Para Cuidar da Profissão”, encabeçada por Humberto Verona, que obteve 35.139 votos, ou 47,07% do total. A chapa “Fortalecer a Profissão” recebeu 32.116 votos. Houve 2.981 votos brancos (3,99%) e 4.454 votos nulos (5,96 %).

O processo eleitoral ocorre sempre paralelo à discussão sobre o projeto da gestão do Sis-

tema Conselhos de Psicologia para o triênio seguinte, definido nos Congressos Nacionais da Psicologia (CNPs), que são realizados no mês de junho imediatamente anterior às eleições. Também é durante o CNP que são inscritas as chapas que concorrem para a consulta nacional. “A participação dos psicólogos no processo de gestão dos conselhos começou no VII CNP, onde delegados eleitos por milhares de psicólogos em todo o Brasil definiram diretrizes para os próximos três anos”, afirma Ana Lopes.

Para o presidente da Comissão Eleitoral Es-

pecial (CEE), José Carlos Tourinho e Silva, o processo eleitoral é o momento adequado para envolvimento dos profissionais com a gestão da entidade. Esse envolvimento, segundo ele, pode acontecer de duas formas: ou o profissional se candidata ou vota.

Na avaliação de Tourinho, a eleição de 2010 mobilizou a categoria e isso significa que os profissionais estão pensando a profissão. “As propostas produzem reflexão sobre os problemas e os encaminhamentos possíveis para a profissão”, avalia.

Resultado final da consulta nacional para o Conselho Federal - 2010

| CRP | NÚMERO DE VOTANTES | VOTOS VÁLIDOS | | VOTOS EM BRANCO | VOTOS NULOS |
|-------------------|--------------------|----------------|----------------|-----------------|---------------|
| | | CHAPA 21 | CHAPA 22 | | |
| CRP-01 | 3.130 | 1.030 | 1.835 | 162 | 106 |
| CRP-02 | 2.665 | 1.767 | 611 | 123 | 164 |
| CRP-03 | 1.642 | 925 | 612 | 35 | 70 |
| CRP-04 | 6.955 | 3.677 | 2.587 | 226 | 465 |
| CRP-05 | 8.220 | 2.887 | 3.596 | 639 | 1.098 |
| CRP-06 | 28.839 | 15.660 | 10.204 | 1.121 | 1.854 |
| CRP-07 | 6.396 | 1.231 | 4.860 | 175 | 130 |
| CRP-08 | 3.318 | 758 | 2.346 | 102 | 112 |
| CRP-09 | 2.680 | 1.621 | 863 | 102 | 94 |
| CRP-10 | 707 | 237 | 425 | 23 | 22 |
| CRP-11 | 1.856 | 812 | 891 | 84 | 69 |
| CRP-12 | 3.579 | 2.084 | 1.309 | 69 | 117 |
| CRP-13 | 961 | 513 | 387 | 21 | 40 |
| CRP-14 | 1.303 | 765 | 493 | 22 | 23 |
| CRP-15 | 700 | 125 | 529 | 23 | 23 |
| CRP-16 | 1.117 | 662 | 381 | 28 | 46 |
| CRP-17 | 659 | 425 | 187 | 26 | 21 |
| TOTAL | 74.727 | 35.179 | 32.116 | 2.981 | 4.454 |
| PERCENTUAL | 100 % | 47,07 % | 42,98 % | 3,99 % | 5,96 % |

Chapa 21 – Para cuidar da Profissão. Chapa 22 – Fortalecer a Profissão

III CBP reúne a diversidade



Um prédio de 12 andares e o auditório do Memorial da América Latina abrigaram os quatro dias da terceira edição do Congresso Psicologia: Ciência & Profissão (III CBP), realizada em São Paulo, de 3 a 7 de setembro. Os oito mil participantes dividiram-se em cerca de 4.300 atividades: debates em diversos formatos, apresentações de pesquisas e de experiências de prática profissional e posters.

Os corredores da universidade Uninove foram cobertos de posters. Uma das novidades do III CBP foi o debate dos trabalhos apresentados nessa modalidade, por meio de pesquisadores designados pela Comissão Científica para conversar com os expositores. E a eleição, a cada fim de tarde, dos três melhores trabalhos apresentados, estimulando o interesse pelas pesquisas.

Sempre nos finais de tarde um cortejo animado por músicos e bailarinos de maracatu levava os participantes da Uninove até o auditório do Memorial da América Latina, onde se realizaram os Simpósios Magnos, reunindo todos os participantes.

Na avaliação de Graça Marchina Gonçalves, coordenadora do congresso e conselheira do Conselho Federal de Psicologia, o interesse dos participantes pela programação do CBP foi comprovado pela alta frequência a todas as atividades. “Podemos observar grande interesse por todas as modalidades (mesas-redondas, simpósios, etc.) e pelos diferentes temas. As atividades eram acompanhadas até o final e seguidas de debates com boa participação. Acreditamos que saímos todos revigorados e desafiados para continuar nossa produção, na pesquisa, na formação e na atuação profissional!”

Falas na abertura desafiam a Psicologia

Os estreitos vínculos entre Psicologia, como ciência e profissão, e os Direitos Humanos, foram o foco do discurso do ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, na abertura do III CBP, na noite de sexta-feira, 3 de setembro. “A Psicologia trabalha temas da democracia, da alteri-

dade, do respeito ao outro”, disse, enfatizando a importância dessas atitudes para uma cultura de respeito aos direitos humanos, que requer a prática de “valorizar e respeitar o outro no que se opõe a nós, no que é diferente”. A necessidade de respeito à diversidade, como aceitação do outro, foi destacada também pelo representante do Ministério da Cultura, José Luiz Herência.

A subprocuradora da República e procuradora federal dos Direitos do Cidadão Gilda Pereira de Carvalho falou também sobre a necessidade de ter a solidariedade como norte para alcançar um Brasil mais justo e solidário. “Para isso, cobremos dos governantes dos três poderes, mas os ajudemos a fazer essas políticas bem planejadas e executadas”, afirmou, destacando os desafios para que, 20 anos depois da promulgação da Constituição de 1988, seus objetivos de inclusão sejam alcançados.

O ministro Paulo Vannuchi avaliou também que, apesar da presença do debate sobre direitos humanos em espaços como a abertura de congressos, eles seguem violados cotidianamente. Citando o título do conto de Guimarães Rosa *A Terceira Margem do Rio*, Vannuchi falou das “três metades” em que se reparte o tema dos direitos humanos no Brasil: a questão de gênero, com a persistência da diferença de espaços para homens e mulheres; o tema racial, sobre o qual destacou a ausência de negros em espaços de poder. O ministro lembrou que o Brasil tem hoje um ministro negro no Supremo Tribunal Federal, mas precisaria ter presença muito mais expressiva dos negros naquele tribunal e em todos os espaços sociais.

A “terceira metade” é o tema das crianças e adolescentes, que introjetam preconceitos, como os raciais e de gênero, e a sociedade precisa criar mecanismos para superar esse ciclo. Para o ministro, pesquisa e extensão em Psicologia têm papel fundamental nessa tarefa.

Destacando as conexões entre ciência e profissão, a ministra do Desenvolvimento Social e

da Psicologia brasileira

Combate à Fome, Márcia Lopes, falou sobre a importância de superar o pensamento conservador, que imprime diferença entre ciência, conhecimento, realidade e profissão, entre saberes e fazeres, para avançar na construção de sociedade igual, livre e democrática. “As profissões mudam quando mudam referências teórico-metodológicas, a produção

das categorias que vão exigindo de cada um de nós nova maneira de olhar e disposição para juntos discutir, refletir e avançar. A exigência ético-política do mundo está colocada para cada um de nós, nas academias, na gestão, na representação política nos serviços à população de cada lugar do país”.

Diálogos latino-americanos: a caminho de uma real integração

Pesquisa comentada durante os debates dos Diálogos Latino-Americanos, organizados pela União Latino-Americana das Entidades da Psicologia (ULapsi), durante o IICBP, dá ideia do tamanho do desafio colocado para que se alcance integração entre psicólogos da América Latina (AL). O colombiano Wilson López, diretor da Psicoredalyc (<http://redalyc.uaemex.mx>), analisou o que se publica, quem publica e se o faz em colaboração com outras instituições e países. E percebeu que a colaboração ainda é pequena. O Brasil, país que mais produz na AL, tem como principais fontes os EUA, a Espanha e a França. “Não escrever em colaboração nos prejudica a todos, porque os indicadores de uso de conhecimento dizem que, quanto mais colaboração, mais possibilidade de que outros países usem o conhecimento”, avalia. Estudo sobre textos produzidos no Peru aponta que 60% das citações são de textos em espanhol, sobretudo da Espanha. Outros 30% vêm de textos em inglês e 15% de francês e alemão. As citações de obras em português são tão raras que não aparecem nas porcentagens. Para José Livia, do Colegio de Psicólogos del Perú, há aumento das pesquisas e dos recursos, mas para que se reflitam no aumento do intercâmbio na região é necessário investimento em encontros, formação de grupo de pesquisas regionais, consolidação das BVS-PSI e o conhecimento desta ferramenta por professores, estudantes e profissionais.



O fim da tarde do domingo, 5 de setembro, foi ocupado pela criação de uma escultura humana para tomada de foto aérea, que vem se tornando uma tradição do Congresso Ciência e Profissão. Neste ano, o cata-vento, símbolo do congresso, foi reproduzido pelos participantes.

Criança e adolescente

ECA comemora 20 anos com olhar

A pontado como avanço ao promover a mudança de paradigma no olhar para crianças e adolescentes, que passaram a ser vistos sob a ótica dos direitos humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 20 anos no dia 13 de julho de 2010. Além de comemorar as conquistas, especialistas aproveitaram a data para debater os desafios futuros para a efetiva implementação da lei que tem como objetivo garantir os direitos de mais de 60 milhões de meninos e meninas, que representam 30% da população brasileira, segundo dados do IBGE.

Em seminário promovido pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, que reuniu governo, sociedade civil e representantes dos candidatos a presidente, foi feita análise dos 20 anos do estatuto, suas conquistas e seus desafios.

“O ECA é um avanço, mas se não se traduzir em políticas públicas, ações concretas, não tem efeito”, destacou a deputada Luiza Erundina (PSB-SP), no seminário. “Temos uma legislação e ela exige de cada instância de governo uma estrutura clara de implementação”, indicou a ministra do Desenvolvimento e Combate à Fome, Márcia Lopes.

O psicólogo Lucas Carvalho, que atua no Projeto Quixote com crianças em situação de risco no centro de São Paulo, levou a contribuição da Psicologia aos debates. Em sua fala, expôs um problema enfrentado por ele no cotidiano do seu trabalho: “o que estamos enfrentando por lá – e talvez seja um problema de outros centros urbanos – é o histórico retalhamento dos dispositivos públicos que deveriam garantir os direitos e promover proteção desses meninos e meninas”.



Seminário promovido pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados reuniu governo, sociedade civil e representantes dos candidatos a presidente

Os palestrantes, em sua maioria, comemoraram a existência do ECA como um avanço, mas reconheceram que ainda são muitos os desafios para o efetivo cumprimento da norma. Um dos desafios, que inclusive está presente nos debates do Conselho Federal de Psicologia (CFP), é o necessário fortalecimento da rede de proteção. “Essa rede vem sofrendo, além da falta de diálogo entre os setores, a falta de estrutura e de pessoal capacitado”, alertou a secretária nacional do Fórum DCA, Erivã Velasco.

Para a secretária do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, Isa Oliveira, as ações de combate ao trabalho infantil precisam ser asseguradas na educação de qualidade e no apoio às famílias.

Maior atenção às crianças indígenas, novas estratégias de erradicação do trabalho infantil e combate à violência doméstica foram outros



Compromisso

O CFP participa de diversos órgãos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. É membro titular do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e possui representação no Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA).

para os desafios futuros

pontos destacados como desafios para a área. A coordenadora do Programa de Proteção à Infância do Unicef no Brasil, Casimira Benge, disse que o ECA é sem dúvida um marco legal que revolucionou o olhar para crianças e adolescentes e ressignificou o papel de órgãos já existentes, entretanto, disparidades ainda permanecem. “Embora sendo maioria no Brasil, crianças negras e indígenas ainda são vítimas de disparidade e vulnerabilidade”, afirmou.

A conselheira do CFP Malu Moura – representante da autarquia no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) –, acredita que, como desafios futuros, é preciso combater, por exemplo, as mortes causadas por fatores externos, como trânsito e armas de fogo. Além disso, na Saúde e na Educação houve ampliação de acesso, mas é necessário garantir a permanência e a qualidade do processo.

Além disso, a conselheira destaca que o CFP esteve o tempo todo atento a essa luta e tem compromisso político com os temas relacionados a crianças e adolescentes. “Estar presente nesse balanço é o reconhecimento de todos os apoiadores ao papel que os psicólogos e psicólogas brasileiras desempenham nos espaços de garantia de direitos”, afirmou.

Sinase e ações multidisciplinares

Na avaliação da conselheira Malu Moura, um grande avanço foi construir, no Sistema de Garantia de Direitos, que contempla um conjunto articulado de atores e instituições cuja atuação visa garantir os direitos infanto-juvenis, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que atende o adolescente em conflito com a lei. “O Sinase acabou propondo uma estratégia interessante, das questões serem tratadas no município”, indica.

O Sinase prioriza as medidas socioeducativas em meio aberto – prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida –, em detrimento das restritivas de liberdade, como estratégia para reverter a crescente internação dos adolescentes. Prioriza a municipalização dos programas de meio aberto com o objetivo de garantir o direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes internos, bem como as especificidades culturais.

O Conanda aprovou o Sinase com as normas gerais da política para o adolescente em conflito com a lei, e tramita no Congresso o Projeto de Lei nº 134/2009, que objetiva tornar lei a forma como essa medida deve ser aplicada. Atualmente o PL está na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.



Para a subsecretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Carmen Oliveira, o projeto de lei do Sinase é importante, pois permite confrontar no congresso projetos de lei que tramitam nas casas e são um retrocesso para o ECA. Como exemplo cita o PL que prevê a redução da maioridade penal.

Em construção, a Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Na VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em dezembro de 2009, em Brasília, foram aprovados os princípios e as diretrizes para a construção da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que vai orientar as ações do Plano Decenal para o segmento, com o intuito de fortalecer os avanços trazidos pelo ECA e vencer os desafios que precisam ser enfrentados.

Para a construção da Política Nacional, o Conanda constituiu um Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), do qual o CFP participa. Em fase de conclusão, a Política será submetida a consulta pública entre os meses de setembro e outubro de 2010 e depois retornará ao Conanda, para finalização. A previsão é que em novembro esteja pronta para ser entregue ao próximo governante do país, a fim de poder orientar os trabalhos na área da infância e da juventude.

São cinco eixos e 14 diretrizes (distribuídas entre os eixos) que compõem a Política Nacional: 1) promoção dos direitos de crianças e adolescentes; 2) proteção e defesa dos direitos; 3) participação da criança e do adolescente; 4) controle social da efetivação dos direitos; 5) gestão da política nacional dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

O Conanda elaborou, a partir das diretrizes da Política Nacional e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), termo de compromisso do candidato à Presidência da República para ser assinado pelos presidentiáveis e funcionar como chamada de compromisso com a garantia dos direitos de crianças e adolescentes no próximo governo. Os ODM são metas pactuadas pelo Brasil e por outros 190 países membros das Nações Unidas para melhorar indicadores sociais, ambientais e econômicos.

Idosos

Envelhecimento da população

“O velho sabe por experiência aquilo que os outros ainda não sabem e precisam aprender com ele, seja na esfera ética, seja na dos costumes, seja na das técnicas de sobrevivência”, disse Norberto Bobbio, filósofo italiano, ao se referir à população idosa que, hoje, corresponde a mais de 500 milhões de pessoas em todo o mundo.

Ter uma vida longa deveria ser motivo de alegria, mas para muitos idosos – entre os 21 milhões existentes no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – chegar à velhice não é um bom sinal. Pesquisas apontam que o país caminha a passos lentos no que diz respeito a políticas públicas para idosos. Muitos deles são surpreendidos com a insuficiência ou a inexistência dos serviços públicos, como a falta de assistência adequada em casos de violência física, psicológica, moral e abandono.

O Estatuto do Idoso, aprovado em agosto de 2003, após ficar seis longos anos em tramitação no Congresso Nacional, foi conquista para os direitos e a cidadania dos brasileiros acima de 60 anos. Apesar da lei, 12% dos idosos brasileiros já sofreram maus-tratos e 54% das agressões são causadas pelos próprios familiares.

Dados do Ministério da Saúde revelam que, no Brasil, 93 mil idosos são internados a cada ano no Sistema Único de Saúde (SUS), 53% em consequência de quedas, 27% por violência e agressões

e 20% por acidentes de trânsito. Além disso, dos 150 centros de referência à saúde do idoso existentes no país, apenas 50 estão em situação regular. Nos demais faltam profissionais capacitados, como geriatras e gerontologistas. Atualmente, 70% dos idosos dependem do SUS, entre os quais 25% estão com problemas graves ou acamados.

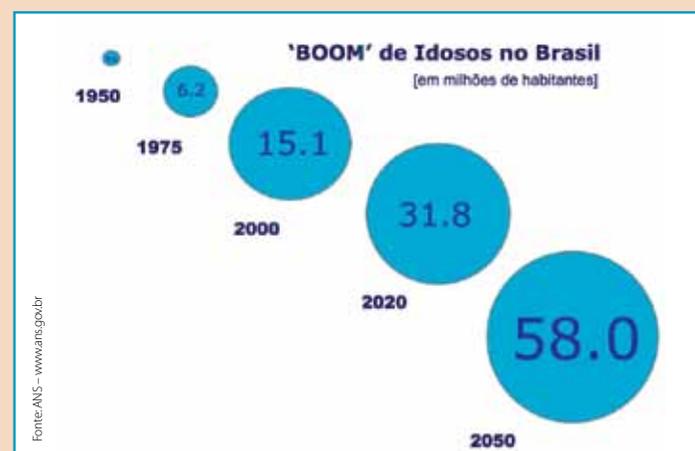
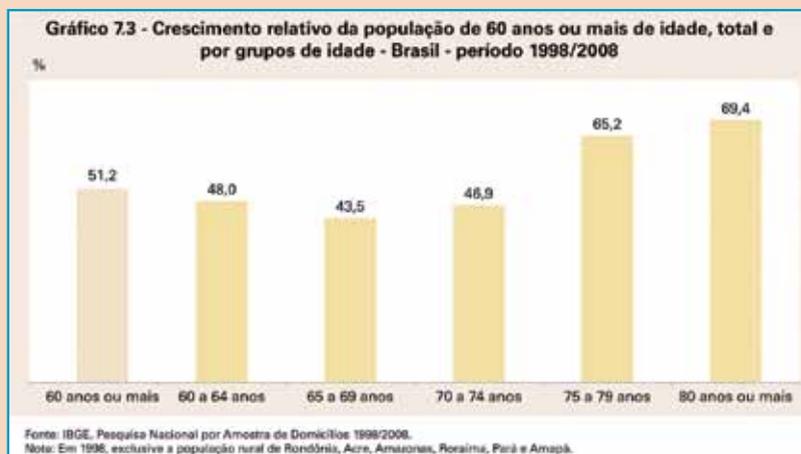
Para Christina Veras, psicóloga e conselheira do Conselho Federal de Psicologia, o Brasil precisa com urgência elaborar políticas públicas para mudar o atual retrato dos idosos brasileiros que, pela ausência de tais políticas, estão expostos a doenças e à dependência de terceiros para realizar atividades básicas. Devido a esses problemas, tornam-se vulneráveis a agressões. “As políticas voltadas para idosos são exercidas de forma tímida. Nos países desenvolvidos, como a França, por exemplo, os idosos são ativos e assim conseguem preservar sua produtividade e sanidade mental. A existência de políticas públicas que possibilitem isso é central. No Brasil, há também a necessidade de políticas de apoio às famílias, que hoje, por falta de tempo ou por outros motivos, não conseguem dar o devido amparo para o familiar idoso”, afirma.

Instituições de Longa Permanência

Felismina Pereira Marques, 76 anos, tem dificuldades para caminhar e é diabética. Há seis meses resolveu mudar para um asilo, seguindo



as recomendações do médico, que a orientou a não ficar em casa sozinha: “Eu fiquei viúva e vim morar aqui escondida dos meus filhos, mas, quando souberam, me deram uma bronca. Eles não têm como cuidar de mim. Éramos uma família muito feliz”, comenta a portuguesa. As mulheres são maioria nos abrigos, normalmente



desafia políticas públicas

viúvas, divorciadas ou solteiras. A exceção é a região Norte, onde 70% dos asilados são homens, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Estudo do Ipea mostra que, no Brasil, 100 mil idosos vivem em Instituições de Longa Permanência (ILPIs).

No País há 6 mil ILPIs – públicas, privadas ou filantrópicas.

“Você quer estar em um lugar como esse quando chegar a velhice? Eu queria ver meus netos e bisnetos crescerem. Hoje, se eles me virem, se assustam, porque sou uma desconhecida para eles. Eu não queria estar aqui, mas meu filho nem pediu a minha opinião ao me trazer para cá”, disse Esmeralda Daltina Taumaturgo, de 90 anos, há três vivendo no Lar dos Velinhos, em Taguatinga, DF.

De acordo com a psicóloga Christina Veras, o Estado deve fiscalizar e implementar novas propostas para o funcionamento das ILPIs, que por vezes não são regularmente fiscalizadas e

acabam funcionando de forma inadequada: “Parte-se da ideologia da caridade dessas casas. Como consequência, não é feita leitura das reais necessidades dessas pessoas, ocorrendo até a infantilização delas. Esses idosos precisam de acompanhamento apropriado, porque tiveram ruptura dos seus laços afetivos e esse trabalho deve ser feito por profissionais capacitados, como psicólogos, enfermeiros, nutricionistas, entre outros. Quando o Estado se omite em fornecer assistência adequada e cumprir o seu papel, está cometendo violência contra essas pessoas”, diz Christina.

Segundo Iracema Cavalcanti Barros, freira e coordenadora do Lar dos Velinhos Associação Vicente de Paula, a questão do idoso é um dilema: boa parte dos familiares que deixam seus parentes em asilos não queriam fazê-lo, mas, por necessidade, recorre a essas instituições: “Neste asilo procuramos preservar a identidade de cada pessoa, mas mesmo assim é muito difícil porque os idosos se sentem esquecidos pela família

e infelizmente muitos são. A maioria dos filhos vem como se estivessem fazendo uma visita rápida. Outros vêm visitá-los no começo e depois desaparecem. Deixar os pais em asilos é falta de humanidade”, e completa: “Alguns não deveriam estar aqui porque a família tem condições de contratar um cuidador para estar com esse idoso em casa. Mas outros não têm condições de dar esse apoio, então o que fazer?”, desabafa a freira que há 54 anos cuida do asilo

Para Veras, o modelo aberto e o trabalho de reinserção social, defendido pela Psicologia para o tratamento em saúde mental, deveria ser adotado também para os idosos. “Não é possível continuar do jeito que está, com idosos abandonados em instituições e outros dizendo que estão mortos em vida”, afirma, ressaltando a necessidade de estruturação de políticas públicas para esta população, entre as quais devem figurar ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ações de fiscalização constante de instituições de longa permanência, por exemplo.

Em audiência com o Ministro da Saúde, CFP discute políticas sobre álcool e outras drogas

Para discutir as políticas nacionais sobre álcool e outras drogas e a tendência de aumento de leitos de internação para tratamento – retornando aos moldes de hospitais psiquiátricos e contrariando a Lei da Reforma Psiquiátrica (nº 10.216/01) –, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) teve audiência com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão dia 4 de agosto, na sede do ministério, em Brasília.

Esteve em discussão o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Pre-

venção em Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde (SUS), lançado em junho pelo governo Federal. “O plano é positivo nas propostas, vai na linha do que pensamos que deve ser a política de álcool e outras drogas, mas falamos da preocupação com o crescimento dos hospitais psiquiátricos como recurso de tratamento e cuidado”, avalia o presidente do CFP, Humberto Verona. Na opinião do Conselho, o Ministério precisa investir em avaliação e fiscalização das políticas públicas, inclusive com pessoal contra-

tado para acompanhar a criação e implementação da política nos estados e municípios.

“Governos estaduais, provocados pelo lançamento do Plano do governo Federal, começam a fazer ações, planos, mas, muitas vezes, por falta de conhecimento ou formação, a boa vontade acaba sendo manifesta em ações que não são as mais adequadas”, avalia Dênis Petuco, presente à audiência a convite do CFP. A audiência teve também a participação da conselheira Federal Jureuda Guerra.

Regulamentação da profissão

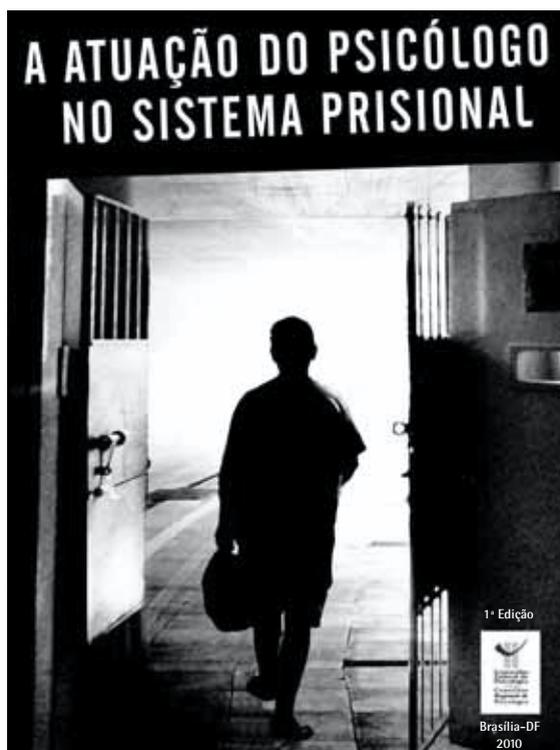
Em debate, resolução para garantir as contribuições da Psicologia no sistema prisional

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) suspendeu os efeitos da Resolução que trata da atuação do psicólogo no sistema prisional (nº 009/2010), pelo prazo de seis meses, a partir de 02 de setembro de 2010, por meio da Resolução nº 019/2010. “Suspensão não é revogação. O objetivo é possibilitar o retorno da Resolução de forma inquestionável do ponto de vista jurídico e que, neste retorno, atinja um conjunto de estratégias de defesa em face das ameaças que mais uma vez, certamente, se apresentarão por parte dos poderes executivos e judiciário aos psicólogos que atuam no sistema prisional”, afirma o presidente do CFP, Humberto Verona.

Ao suspender a resolução, o Conselho acatou, em parte, uma Recomendação da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (RS) – Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão que, sob pena de que o CFP responda a Ação Civil Pública, requereu a suspensão da Resolução nº 009/2010 e também daquela que regulamenta a Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência na Rede de Proteção (nº 010/2010). Em relação a esta última, a decisão do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais foi por manter a regulamentação em vigor.

Ética

Em nota sobre a suspensão da Resolução, o CFP reafirma que ela foi aprovada pelo conjunto dos Conselhos de Psicologia sob a égide da crítica às instituições penitenciárias que, de maneira geral, não cumprem sua função de ressocialização e descumprem a Lei de Execuções Penais no tocante à instalação da Comissão Técnica de Classificação (CTC), delegando ao exame criminológico a decisão sobre a progressão de pena. “É o resultado desse trabalho da CTC que deveria embasar as decisões judiciais, e não o exame criminológico realizado de modo recortado e



Saiba mais: Acesse em www.pol.org.br (no menu, Em debate) as notas do CFP sobre o tema, os relatórios do I e do II Seminário Nacional sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional (capa acima) e o documento Falando sério sobre prisões, prevenção e segurança pública

pontual, que retira a possibilidade de o psicólogo realizar trabalho técnico com qualidade, garantindo condições éticas”, afirma Ana Lopes, vice-presidente do CFP. Os questionamentos à resolução 009/2010, que ganharam espaço na mídia nacional, centraram-se no impedimento da realização do exame criminológico.

A suspensão da Resolução também busca resguardar psicólogos que vêm sendo ameaçados de prisão por acatar a decisão pela não realização do exame criminológico.

O CFP suspendeu a Resolução na expectativa de defender sua importância em audiência pública indicada pela Procuradoria do Rio Grande

do Sul. Para o Conselho, o debate será oportuno se incluir o Sistema Judiciário e outros atores importantes, como o Ministério da Justiça, a Defensoria Pública, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) e a Pastoral Carcerária, entre outros.

A questão central, para os que defendem a não realização do exame criminológico pelos psicólogos, é ser outra a função da categoria no sistema prisional. Para a psicóloga Marcia Badaró, que resgata os diversos debates realizados pelos Conselhos de Psicologia sobre o tema, a profissão deve estar comprometida com a assistência à saúde integral dos presos, pois os efeitos do encarceramento sobre a vida dessas pessoas - oriundas de sociedade desigual e excludente - e para seus familiares são cruéis e muitas vezes irreversíveis. “O psicólogo, comprometido ética e politicamente com seu trabalho, tem papel importante no sistema prisional quando, por exemplo, busca articular redes institucionais e interseccionais intra e extra-muros para facilitar o acesso da população carcerária às políticas públicas de saúde, educação, cultura, trabalho, etc.”, afirma. Para ela, ocupar o psicólogo com a atividade burocratizada do exame criminológico é subestimar e subaproveitar a contribuição da Psicologia.

Procurados por psicólogos em busca de orientação sobre como proceder a partir da publicação da Resolução, Conselhos Regionais realizaram debates e reuniões com a categoria. Em São Paulo, 5 reuniões agregaram cerca de 220 pessoas, na capital e no interior. “O debate foi, sobretudo, relacionado às pressões que os psicólogos têm sofrido do poder judiciário, dos gestores das unidades prisionais e do Ministério Público (MP) a respeito de qual é o papel que eles acreditam que a Psicologia deve ter no sistema prisional”, afirma Adriana Eiko, conselheira do CRP 06, para quem a resolução explicitou tensão já existente na relação entre Psicologia e Justiça.

Planos de saúde

CFP comemora novas regras para cobertura dos planos de saúde e segue buscando cobertura completa

Enteraram em vigor, no início de junho, as novas regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para a cobertura mínima obrigatória oferecida pelos planos de saúde. Alguns dos 70 procedimentos incluídos estão relacionados à Psicologia e, na opinião do CFP, que esteve presente em todas as etapas públicas da elaboração da Resolução Normativa da ANS, são uma vitória da atuação da categoria.

Destacam-se, como pontos positivos, a ampliação de consultas ambulatoriais e procedimentos de Psicologia em saúde mental, além da inclusão de princípios da reforma psiquiátrica antimanicomial na cobertura obrigatória, por meio sobretudo da obrigatoriedade do atendimento cotidiano em hospital-dia.

“O Conselho Federal de Psicologia, ao mesmo tempo em que reconhece e comemora os avanços, continua

atuando fortemente na perspectiva da atenção integral e multiprofissional em saúde e, por isso, segue construindo subsídios e diretrizes, questionando, sobretudo, a limitação de sessões e a subordinação do trabalho dos profissionais da Psicologia ao médico assistente”, afirma Humberto Verona, presidente do CFP.

O Conselho participa de ação conduzida pelo Ministério Público de Caxias do Sul (RS) que, em conjunto com outras Promotorias de Defesa da Saúde Pública, questionam, do ponto de vista legal, itens como a necessidade de solicitação de médico para o atendimento com psicólogos e para psicoterapia.

Ampliação de consultas ambulatoriais de Psicologia

A única cobertura relacionada ao atendimento ambulatorial em saúde mental prevista na resolução anterior, a de nº 167, era de 12 sessões de psicoterapia, não existindo nenhum procedimento específico previsto para o trabalho do psicólogo.

A nova resolução (nº 211) traz, portanto, enorme conquista: 40 sessões com psicólogo para alguns CIDs e 12 sessões de psicoterapia, também para alguns CIDs. Cresceu a quantidade possível para atendimento, mas houve também nova restrição de CIDs.

O cenário que o CFP buscou construir ao longo de sua atuação com a ANS era a cobertura sem limites para consultas, sem haver também restrição de CIDs, o que ainda não foi alcançado, mas continua sendo a meta para a categoria.

Mais um ponto positivo do novo texto é explicitar a condição ilimitada da cobertura hospitalar. Assim, as intervenções de outros profissionais indicadas pelo médico assistente não têm mais limitação. Um paciente internado para transplante renal cujo médico assistente solicite atendimento psicológico deve receber as sessões que forem necessárias.

A ampliação da cobertura para saúde mental, na direção do que preconiza a Lei 10.216/01

Um dos grandes avanços da Resolução é a incorporação, no rol de procedimentos, de regulação da atenção à saúde mental na saúde suplementar. O artigo 3º incorpora, como princípio, a “adoção de medidas que evitem a estigmatização e a institucionalização dos portadores de transtornos mentais, visando ao aumento de sua autonomia”.

Outra conquista é que a atenção prestada aos portadores de transtornos mentais deverá priorizar o atendimento ambulatorial e em consultórios, tendo a internação psiquiátrica apenas como último recurso terapêutico.

Item ausente na resolução anterior e que foi incorporado é a cobertura obrigatória de todos os procedimentos clínicos ou cirúrgicos decorrentes de transtornos mentais, inclusive aqueles necessários ao atendimento das lesões autoinfligidas.

O atendimento/acompanhamento em hospital-dia é mais uma enorme conquista. Agora, casos graves em saúde mental podem ser atendidos em serviço. Ainda que, para o CFP, o ideal fosse não haver restrição a CIDs, mas um critério de gravidade de cada caso, o avanço possível, neste momento, foi obtido.

Conferência é marco para debate

Após nove anos de espera e reivindicações, foi realizada a IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersectorial (CNSM-I), em Brasília, de 27 a 30 de junho. Marco histórico nas discussões sobre saúde mental, a conferência contou com 1.200 delegados, além de observadores e convidados e foi fruto da Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial. Entre os vários movimentos sociais e instituições participantes, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila) marcaram presença.

Humberto Verona, presidente do CFP, acredita que as principais propostas aprovadas na conferência foram a criação de novas estratégias para atender os usuários de álcool e outras drogas e a reafirmação de políticas para o fechamento de leitos em hospitais psiquiátricos.

Para Elisa Zaneratto Rosa, conselheira do CFP, a conferência, como espaço democrático da sociedade, confirmou o modelo Antimanicomial como vitorioso, argumento considerado muito importante para o debate sobre saúde mental com forças contrárias à reforma. “A CNSM-I reuniu atores sociais para afirmar o legítimo espaço de avaliação da política pública de saúde mental. Exigiu a efetiva implantação de uma política pautada nos princípios da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial”, avalia.

Para Marcus Vinicius de Oliveira, ex-conselheiro vice-presidente do CFP e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a IV CNSM-I



Participação de usuários e trabalhadores dos serviços de saúde mental foram centrais para a conferência

foi uma vitória devido à participação de muitos que não têm espaço garantido em discussões desse tipo. “Quem não tem espaço político são os movimentos sociais e, sobretudo, os usuários [da saúde mental]. A Renila, ao se engajar no processo de convocação da marcha que possibilitou a conferência, apostou que era possível reverter esses obstáculos políticos e garantir a realização”, aprova o psicólogo que participou como delegado da IV CNSM-I.

O avanço da intersectorialidade

Característica dessa conferência, a intersectorialidade – envolvimento de outros setores

além da Saúde, como Cultura, Justiça e Educação – foi grande avanço nas discussões sobre Saúde Mental. “A Reforma Psiquiátrica é intersectorial. Todos os setores precisam legitimar o sujeito usuário do sistema de saúde mental como cidadão legítimo”, afirma Elisa. A Psicologia, sempre presente em discussões com outras áreas, firmou-se com tranquilidade nos debates ao longo da CNSM-I. “Não vemos o indivíduo isolado. Isso já impõe a reflexão sobre a intersectorialidade. Para nós está sendo muito confortável, pois nós já vínhamos nessa linha de pensamento. A discussão intersectorial foi um grande avanço”, analisa Verona.

Conheça alguns pontos aprovados na IV Conferência Nacional de Saúde Mental

Eixo I – Saúde Mental e Políticas de Estado: pactuar caminhos intersectoriais

Contra possíveis abusos na terceirização de serviços de Saúde Mental, a proposta nº 136-A garantiu que “serviços substitutivos sejam exclusivamente de caráter público estatal”.

Eixo II – Consolidando a rede de atenção psicossocial e fortalecendo os movimentos sociais

Implementação e ampliação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), já aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2006, para garantir a “implementação de estratégias eficazes para acolher questões de gênero, de raça/cor e etnia, LGBT e da diversidade”.

Eixo III – Direitos humanos e cidadania como desafio ético e intersectorial

Para prevenir que próximas conferências de Saúde Mental sofram atraso de anos para ser realizadas – como aconteceu com a mais recente –, foi garantido nas três esferas do governo, em forma de lei, que a conferência terá uma edição a cada quatro anos.

Propostas da Confecom ficam para 2011

A I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em dezembro de 2009, discutiu bases para a democratização da comunicação social brasileira. Algumas propostas importantes, como as que tratam do marco regulatório das comunicações no país e da criação do Conselho Nacional de Comunicação, ainda nem começaram a sair do papel. O pós Confecom foi marcado apenas por discussões de movimentos sociais e, quase seis meses depois, por Audiência Pública na Câmara dos Deputados.

Na audiência pública, realizada em 10 de julho, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Franklin Martins, declarou que as deliberações da Confecom não serão implantadas em 2010. Para Roseli Goffman, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), se o governo se comprometeu com a conferência, tem de estar comprometido com os resultados. “Agora que estamos vivendo um processo eleitoral, precisamos comprometer as pautas partidárias sobre comunicação”, afirma. A conselheira acredita que a fala do ministro alertou o movimento a garantir os resultados da conferência no Parlamento e no Executivo.

Nem tudo, no entanto, está parado no campo da regulação da comunicação no Brasil. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou a Resolução nº 24, de junho de 2010, que normatiza a propaganda e a publicidade de alimentos, em especial para crianças, e torna obrigatória a indicação da composição do conteúdo nos rótulos dos produtos.



A norma gerou reação da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA) e da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap). Coincidência ou não, logo após a resolução as entidades lançaram a campanha “Propaganda faz a Diferença”, composta por seis filmes, anúncios impressos, spots para rádio e peças para internet. O objetivo é “valorizar a publicidade como uma ferramenta para a livre-iniciativa”, segundo a ABA.

Para a vice-presidente do CFP, Ana Maria Pereira Lopes, a resolução, mesmo tímida, é ne-

cessária para dar limites ao mercado publicitário do Brasil. “Há no mundo intensa discussão acerca dos limites éticos da publicidade e sobre a necessidade de regulação dessa atividade comercial. Apesar disso, no Brasil, o mercado tem se colocado refratário sobre o tema”, afirmou. O apoio à regulação da publicidade para crianças, na opinião do CFP, é necessário porque amplia a esfera pública no controle social da mídia, com ênfase na relação entre meios de comunicação e construção de subjetividades.

Resolução define novas diretrizes para pacientes judiciários

Em 2 de agosto, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) publicou a Resolução nº 4, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais de Atenção aos Pacientes Judiciários e Execução da Medida de Segurança.

A resolução determina que a linha das políticas seja a da inserção social para promover acesso aos direitos humanos e à convivência

pública de modo responsável, e preconiza a abordagem intersetorial na busca do diálogo entre as políticas públicas e a sociedade civil. Estabelece, ainda, que no prazo de 10 anos ocorrerá a substituição do modelo manicomial de cumprimento de medida de segurança pelo modelo antimanicomial.

Ex-conselheiro vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e professor da

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Marcus Vinícius de Oliveira acredita que a resolução estabelece novo patamar para a abordagem da relação crime e justiça. “O Estado brasileiro deu importante passo no que diz respeito a tratar com dignidade e justiça os que fazem parte dos elos mais frágeis dos vínculos sociais”, afirma. Entende, porém, que a implantação da resolução enfrentará grandes desafios e preconceitos.

Mulheres pela igualdade

Equidade na vida privada e no trabalho foram destaques na Conferência da Cepal

“Igualdade e equidade de gênero são os outros nomes da igualdade e da justiça”, afirmou Alicia Bárcena, secretária executiva da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), na 11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em Brasília, de 13 a 16 de julho.

O tema do encontro “Que Estado, para que igualdade?” provocou discussões sobre as ações do poder público necessárias para que os avanços obtidos pelas mulheres na esfera pública se projetem na esfera privada.

No cotidiano, garantir autonomia econômica e igualdade na esfera do trabalho passa, por exemplo, por compartilhar responsabilidades com os companheiros, dentro de casa, porque a conquista de empregos em situação de igualdade com os homens depende da redistribuição da carga de trabalho nas famílias.

A mudança de comportamento na esfera privada depende também de políticas públicas, como a existência de creches e escolas para os filhos, estrutura de cuidados para os mais velhos – muitas vezes de responsabilidade da mulher –, licenças paternidade e outros afastamentos para cuidado com os filhos.



Reunidas em Brasília, mulheres das Américas discutem caminhos para conquistar igualdade dentro e fora de casa

O encontro tratou também de ações para o fortalecimento da cidadania das mulheres. “Embora a pobreza tenha diminuído em nossa região, aumentou a presença de mulheres entre os pobres e a diferença entre homens e mulheres. Exceto na educação, todos os índices são negativos para mulheres, especialmente para negras e indígenas”, apontou a secretária da Cepal. Previdência, políticas fiscais, educação, seguridade social, acesso a terra foram alguns dos muitos âmbitos nos quais é necessário garantir cidadania às mulheres.

A ampliação da participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e nas esferas de poder foi outro tema recorrente. Apesar de terem, na última década, passado a ocupar postos-chave como a presidência das repúblicas do Chile e da Argentina, a proporção de mulheres no Parlamento e, sobretudo, no Poder Judiciário, ainda é ínfima, o que reflete a ausência das mulheres em cargos de tomada de decisão em toda a sociedade.

Nilcéa Freire, ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, destacou que reparar a ausência das mulheres nos postos de decisão é “reparar a ausência de nosso próprio reflexo no espelho da história”.

CFP toma posse no Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres

O Conselho Federal de Psicologia foi eleito, em 2010, para participar do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, instância de debate e definições sobre políticas públicas de gênero. O Brasil foi elogiado, na abertura da conferência, pela estrutura institucional que construiu, a partir da Constituição de 1988, para a garantia dos direitos das mulheres. O país, entretanto, continua enfrentando

os mesmos desafios que as nações vizinhas para a efetivação dos direitos das mulheres à vida, à não violência, à saúde, à autonomia sobre o próprio corpo.

Para Clara Goldman, representante do CFP no Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres, “a conferência foi um marco na discussão das questões que afetam mulheres. Não podemos esquecer dos laços culturais e políticos que

nos unem com a América Latina e o Caribe”.

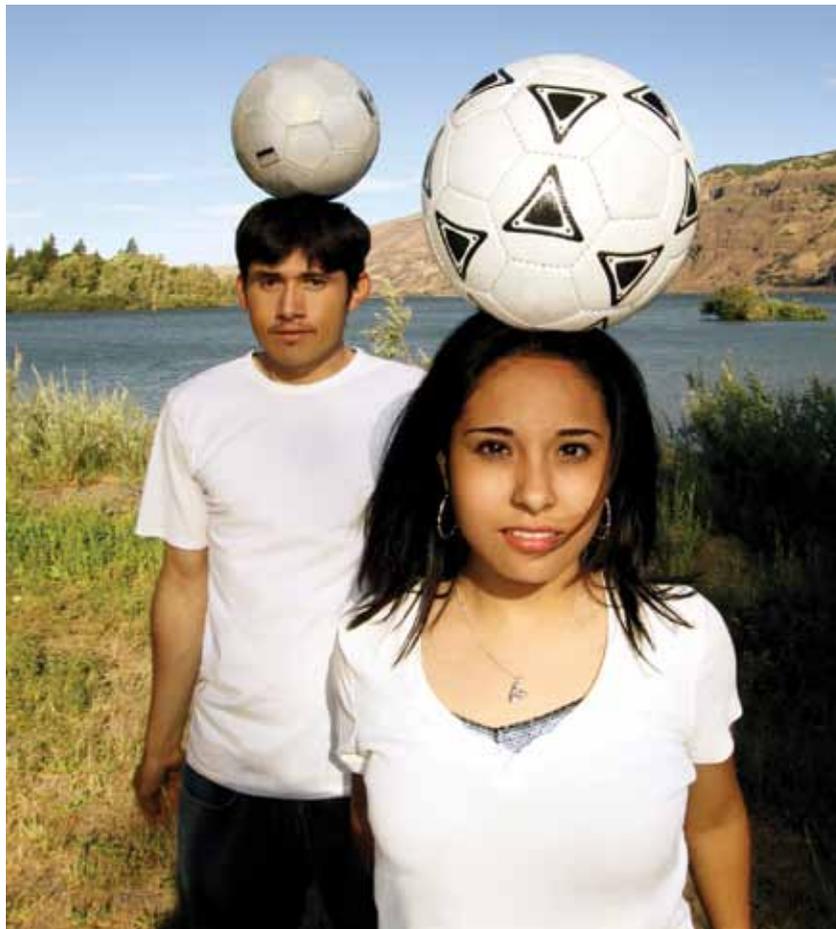
O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, Crepop, realizou pesquisa sobre atuação de psicólogos(as) nos programas de atenção às mulheres em situação de violência. A publicação sobre as práticas profissionais identificadas pela investigação estará disponível em breve na página <http://crepop.pol.org.br>.

Análise da mídia

Mulher, futebol e mídia

Eliza Samudio foi amante do ex-goleiro do Flamengo, Bruno, que está preso e é acusado do sequestro e da morte da modelo. Desaparecida desde o começo de julho, Eliza afirmava ser mãe de um filho do jogador. Joana Machado, ex-namorada do Imperador Adriano, também jogador de futebol, teria sido amarrada por ele em uma árvore, após ataque de ciúmes, em frente ao bar onde o jogador estava com companheiros de time. Joana teria atirado pedras contra o carro dos amigos de Adriano. Larissa Riquelme, eleita musa da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul, teve fotos e reportagens exaltando atributos corporais publicadas em páginas esportivas de diversos veículos jornalísticos no Brasil.

Situações como essas seguem em destaque na comunicação esportiva brasileira. Torcedoras e mulheres de jogadores de futebol deixaram de exercer papéis secundários no esporte, para se tornar assunto principal. Entretanto, o destaque nem sempre é pela atuação esportiva. Segundo Sandra Helena Sposito, conselheira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), existe uma desvalorização da mulher no meio esportivo, principalmente no futebol, por parte da mídia especializada. “A associação de futebol e mulher no Brasil é publicitária. Não é valorizado o futebol feminino como esporte, mas a associação deste com mulheres que correspondam a certos padrões de beleza da sociedade”. A psicóloga ressalta o exemplo clássico da mulher e da cerveja, expostas como produtos inerentes ao futebol, sem consideração pelos avanços conquistados em séculos de luta pela emancipação feminina.



Esse tipo de imagem, vastamente divulgada na mídia, minimiza a difícil e crescente participação da mulher no esporte. Para a professora doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Silvana Vilodre Goellner, existe uma vinculação do futebol ao masculino, que inibe a participação de mulheres e impõe a atividade como algo que produz um ser masculino. “A mídia cobre todos os eventos masculinos, mas não os femininos, por exemplo. O futebol é visto como território de construção de masculinidade.” Em contraponto, tenta reafirmar, a todo momento, o feminino na imagem das jogadoras. “No futebol feminino, a imagem precisa ser dita. Mostrar que, apesar de atletas, as jogadoras são femininas. Por isso, a exploração da beleza, da

sedução, com ênfase nos atributos físicos”, explica.

Em 1979, foi revogada a deliberação do Conselho Nacional de Desportos que proibia a prática do futebol e de futsal pelas mulheres. Só a partir da década de 1980 surgiram os times femininos. Alguns clubes criaram equipes, e campeonatos femininos ganharam visibilidade no calendário esportivo nacional. “Desde sempre as mulheres jogam futebol no Brasil, mesmo quando existia um decreto que proibia a atividade. Mas, por causa dele, a mídia não aprendeu a dar visibilidade para essa participação. É um exercício de liberdade. O futebol pode ser espaço de meninos e meninas, homens e mulheres. Num terreno de desigualdades nada é concedido, tudo é conquistado”, ressalta Silvana. A professora afirma que o esporte produz talentos que podem tornar o futebol feminino brasileiro realidade respeitada.

Marta Vieira da Silva, capitã da seleção brasileira feminina de futebol – terceira colocada no ranking da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) –, foi eleita quatro vezes a melhor jogadora do mundo. Cristiane Rozeira da Silva, medalha de ouro nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro (2007), foi campeã da Copa Libertadores da América (2009) e medalha de prata nos jogos olímpicos de Atenas e Pequim. Patrícia Amorim, desde o começo de 2010, é presidente do mais popular time de futebol do Brasil, o Flamengo. Mulheres ativas no meio futebolístico, que merecem atenção da mídia esportiva pelo trabalho, pela técnica, e não apenas pela imagem ou pelos atributos corporais.

Assistência Social

Crepop e MDS realizam seminário para debater atuação dos psicólogos no Suas

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) realizou, em junho de 2010, o Seminário A atuação dos psicólogos no Sistema Único de Assistência Social. Foram debatidos desafios e dificuldades para avançar com a efetividade da contribuição da Psicologia à política de Assistência Social.

“O seminário colocou lado a lado profissão e política pública para discutir suas possibilidades e responsabilidades com a sociedade brasileira”, disse a vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Lopes. Durante a abertura, a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, falou sobre a importância do seminário para promover o diálogo. “É um momento muito importante e oportuno para que possamos cada vez mais abrir nosso diálogo e nos aproximar da construção de novos parâmetros, de construções metodológicas fundamentais para a nossa prática profissional.”

Atualmente, há 5.880 psicólogos trabalhando em Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e 2.022 psicólogos nos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (Creas). O seminário foi transmitido pela internet e acompanhado por mais de 8.500 pontos em sua abertura. Foi recorrente a percepção de que está em construção, por meio da prática e reflexão, o paradigma da atuação da Psicologia

na assistência social. Para Verônica Ximenes, coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária (Nucom) da Universidade Federal do Ceará, “o psicólogo precisa trabalhar com a comunidade e na comunidade, conhecer a realidade, se inserir nesse contexto”.

Carmen Senra, psicóloga da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Campinas, apontou a formação como um dos dilemas da atuação interdisciplinar na proteção social, por ainda ser elitista e distanciada da realidade da população em situação de vulnerabilidade. Outros dilemas são as estratégias de intervenção, que levam à pergunta “o que faz o psicólogo no Suas?” e ao questionamento sobre como o profissional deve lidar com os benefícios assistenciais, como a distribuição de cestas básicas.

A atuação em prevenção ou no trabalho emergencial foi outro ponto destacado pela psicóloga. “Como fazer prevenção se tenho que apagar incêndios?”, perguntou. Ela aponta que o tempo despendido em processos administrativos faz com que a discussão sobre os objetivos e os entraves da atuação interdisciplinar fique em segundo plano. A precarização das condições de trabalho e a terceirização do



Estruturação do Sistema Único de Assistência Social abre campo de trabalho para a Psicologia, mas requer reflexão sobre como desenvolver atuação interdisciplinar e efetiva. Os vídeos de todos os debates estão disponíveis em <http://psisuas.pol.org.br/>

serviço público foram outros pontos trazidos pela psicóloga.

A psicóloga Alissandra Calderaro, que atua há 15 anos na Assistência Social, falou da importância da demarcação do lugar do psicólogo na Política Nacional da área.

“Acho que o grande avanço, mas também o grande desafio do Suas é colocar psicólogos e assistentes sociais em equipe de forma interdisciplinar. Hoje a força do trabalho é a articulação da rede, pois sem ela não caminhamos”, concluiu.

Esse seminário ocorre após o Sistema Conselhos de Psicologia lançar duas referências para a prática profissional no campo da Assistência Social. Em 2008, disponibilizou o Documento de Referências Técnicas para

atuação em Cras/Suas e, em 2009, o Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo. O Crepop pretende arti-

cular com outros setores do Executivo que também têm referências, seminários semelhantes. Para 2011 estão previstos seminários para debater os temas DST/Aids e Saúde do Trabalhador.

Emergências e Desastres

Oficinas de Prática da Psicologia nas Emergências e Desastres reúnem psicólogos em Pernambuco



O ineditismo da experiência está na reunião de diversos atores envolvidos no trabalho de reconstrução das cidades atingidas e em um formato que pode ser replicado em outros estados do país que enfrentam problemas semelhantes

Nos dias 27 e 28 de julho ocorreram, no Recife, duas oficinas voltadas para os psicólogos que atuam em situações de emergências e desastres, como nas enchentes de Pernambuco e Alagoas, que mataram dezenas de pessoas e deixaram outras tantas desabrigadas. As primeiras duas oficinas contaram com a participação de 80 psicólogos voluntários, técnicos, profissionais do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e da defesa civil, além de representantes do CFP e do Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região (CRP-02). Novas edições foram programadas para setembro.

“Estamos vivendo um momento de emergência no estado de Pernambuco. As oficinas serviram para que os psicólogos dialogassem com profis-

sionais de outras áreas que atuam nesse campo, como forma de trocar experiências e qualificar seu trabalho. O psicólogo tem a possibilidade de intervir nessas situações enquanto profissional”, diz Rejane Cavalcante, presidente do CRP-02.

Para o capitão Leonardo Rodrigues, chefe da unidade de emergências e desastres da Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco (Codecipe), as oficinas definiram um novo campo de atuação dos psicólogos: “Até então, quase não era trabalhado o dano psicológico nas pessoas afetadas pelos desastres. Acredito que depois das oficinas esses profissionais vão ter mais autonomia para agir nessas situações. Foi muito positivo”, diz.

Os psicólogos trabalham na supervisão dos voluntários, no apoio aos abrigos e no cadastramento

dos desabrigados. As oficinas surgiram como resposta às necessidades dos profissionais de saber como e quando atuar nessas situações. “[A oficina] teve um saldo positivo. A maioria dos psicólogos não tinha experiência em emergências e desastres. E o objetivo é promover outras oficinas até atingir todos os profissionais”, disse Lenilza Moura, conselheira secretária do CRP-02.

Na oficina foram avaliadas experiências concretas da presença dos psicólogos nos abrigos e áreas afetadas e como essa participação poderia ser ampliada de maneira técnica e politicamente sustentada, de acordo com Clara Goldman, conselheira do CFP. Os profissionais discutiram formas de inserção nas políticas que visam à prevenção dos desastres e avaliaram a participação de psicólogos nos processos de reconstrução, com vistas no protagonismo das comunidades atingidas na construção de novos modos de vida, geração de trabalho, reconstituição de laços sociais, relações de vizinhança e convívio. “O objetivo é, a partir dessa reflexão, pensar que, se desastres acontecem, não podem ser naturalizados. Não se pode atribuir à natureza desastres que o homem se encarregou de construir”, afirma Goldman.

Para ela, a presença dos psicólogos nas equipes da defesa civil do estado – o que não ocorre em todas as unidades da federação – possibilitou a experiência inédita de articulação dos Conselhos de Psicologia com a defesa civil e a assistência social, com o objetivo de contribuir com a qualificação da intervenção profissional.

Avaliações positivas

“As oficinas vieram a calhar no sentido de ajudar os psicólogos na perspectiva de atuação no acolhimento de pessoas em situação de emergência. Para muitos foi a construção de um novo olhar”, afirmou Joelson Rodrigues, Gerente do Sistema Único de Assistência Social da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos de Pernambuco.

“As oficinas possibilitaram reflexões e estratégias de atuação quanto à necessidade dos psicólogos de estarem em sintonia com a demanda ora vivenciada, refletindo sobre os domínios teóricos e práticos, no sentido de viabilizar uma intervenção coerente e humanizada às pessoas que infelizmente foram afetadas de forma tão trágica, gerando muitas perdas nesses últimos eventos aqui em Pernambuco”, avaliou Alessandra Lima, conselheira do CRP-PE.

Página da Abep

Abep no Fnepas: participando de um espaço de construção coletiva

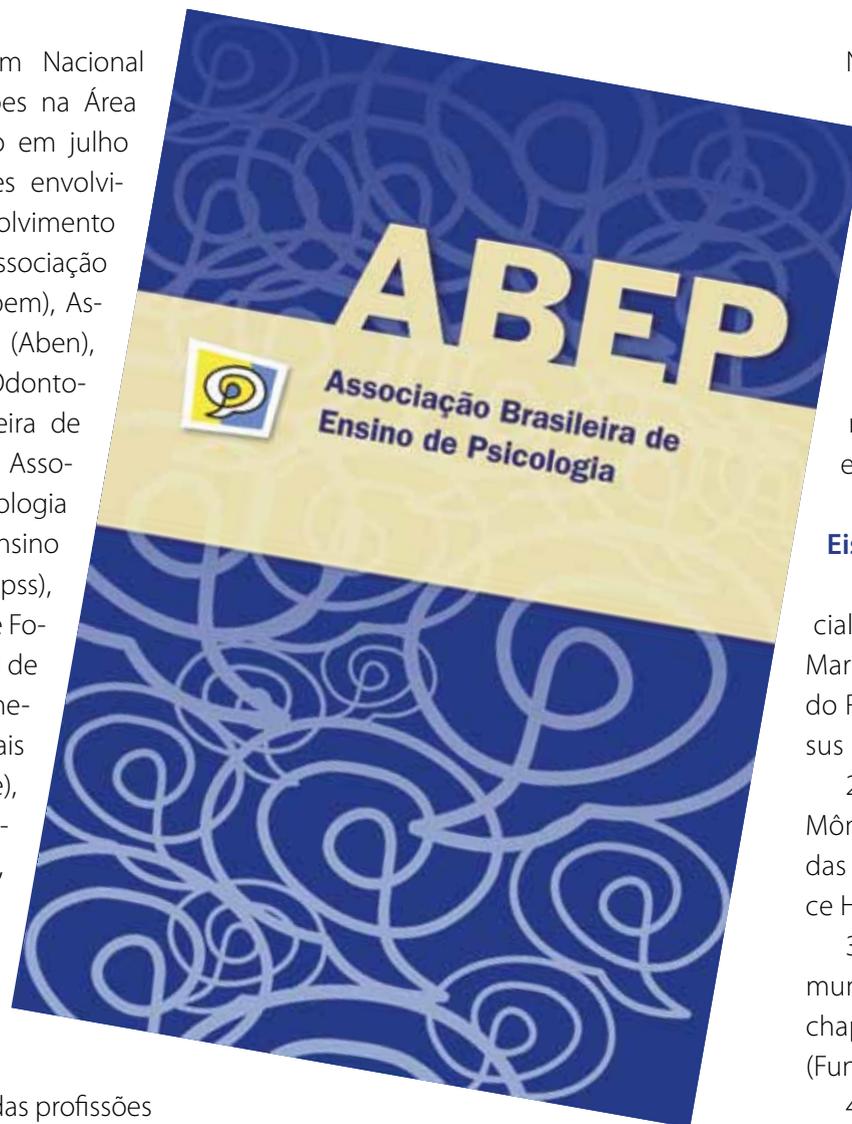
A Abep participa do Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área de Saúde (Fnepas), criado em julho de 2004, que congrega entidades envolvidas com a educação e o desenvolvimento profissional da área da saúde – Associação Brasileira de Educação Médica (Abem), Associação Brasileira de Enfermagem (Aben), Associação Brasileira de Ensino Odontológico (Abeno), Associação Brasileira de Ensino de Fisioterapia (Abenfisio), Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Rede Unida, Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia (SBFa), Rede Nacional de Ensino de Terapia Ocupacional (Rene-to), Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino (Abrahue), Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Pública (Abrasco) e, mais recentemente, a Associação Brasileira de Ensino Farmacêutico (Abenfar) e a Associação Brasileira de Ensino em Nutrição (Abenut).

O objetivo do Fórum é contribuir para a mudança na formação das profissões dessa área, tendo a integralidade e a educação permanente como eixos orientadores.

O Fnepas vem se consolidando como processo coletivo, democrático, participativo e transformador. Gradativamente, mais e mais representantes das 14 profissões da área da saúde têm aderido às propostas de: a) sensibilizar possíveis parceiros do movimento de mudança nas graduações da área de saúde; b) aprofundar temáticas que constituem arcabouço conceitual e, portanto, fundamento para as mudanças; c)

trocar experiências, refletindo sobre estratégias, discutindo avanços e desafios; d) avaliar a eficácia e a efetividade das mudanças produzidas.

O Fnepas, endossado pelas entidades participantes do fórum, integra a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde (CNRMS) e o Conselho Consultivo do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde.



No âmbito da CNRMS a Abep foi, juntamente com todas as entidades participantes do Fnepas, convidada a indicar profissionais pesquisadores e docentes para compor Câmaras Técnicas. Constituímos uma equipe de psicólogos implicados com a produção da ciência e da profissão no campo da saúde, comprometendo-se com a discussão e a construção democrática dos referenciais orientadores deste importante espaço de formação que é a Residência.

Eis a nossa equipe:

1) Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Especialidades Clínicas, Especialidades Cirúrgicas: Maria das Graças Victor (Faculdade Fracinetto do Recife – PE) e, suplente, Mônica Lima de Jesus (Universidade Federal da Bahia - BA).

2) Intensivismo e Urgência e Emergência: Mônica Giacomini Guedes da Silva (Hospital das Clínicas de São Paulo - SP) e, suplente, Anice Holanda (Hospital Fortaleza - CE).

3) Atenção Básica/ Saúde da Família e Comunidade/ Saúde Coletiva: Celso Tondim (Unochapecó – SC) e, suplente, Francisco Vianna (Fundação Newton Paiva Belo Horizonte – MG).

4) Saúde Mental: Maria Inês Badaró (Universidade Federal de São Paulo - SP) e, suplente, Elisa Zaneratto Rosa (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP).

5) Saúde Funcional: Paula Macedo (Universidade Federal de São Paulo – São Paulo) e, suplente, Adriana Tucci (Universidade Federal de São Paulo – SP).

6) Saúde Animal: Neander de Abreu (Universidade Federal da Bahia - BA) e, suplente, Júlio Schruher (Faculdade Guilherme Guimbala de Joinville – SC).

Processos éticos

Processos éticos julgados pela plenária do Conselho Federal de Psicologia no período de 18/06/2010 a 30/07/2010.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 651/10– ORIGEM: CRP-09

ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de censura pública. Decisão reformada.

DECISÃO CRP: Censura pública

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 30/07/10

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES

RELATORA: DEISE MARIA DO NASCIMENTO

PROCEDIMENTO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 756/10– ORIGEM: CRP-05

ARQUIVAMENTO

EMENTA – Procedimento Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de arquivamento da representação. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 30/07/10

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES

RELATORA: ANDRÉA DOS SANTOS NASCIMENTO

PROCEDIMENTO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 802/10– ORIGEM: CRP-06

INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ÉTICO DISCIPLINAR

EMENTA – Procedimento Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional de arquivamento da representação. Decisão reformada.

DECISÃO CRP: Arquivamento

DECISÃO CFP: Instauração de Processo Ético Disciplinar

DATA DO JULGAMENTO: 30/07/10

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES

RELATORA: CLARA GOLDMAN RIBEMBOIM

RELATORA REVISORA: CYNTHIA R. C. ARAUJO CIARALLO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 649/10– ORIGEM: CRP-09

CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Cassação do Exercício Profissional. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Cassação do Exercício Profissional

DECISÃO CFP: Cassação do Exercício Profissional

DATA DO JULGAMENTO: 18/06/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES

RELATOR: ANDRÉ ISNARD LEONARDI

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 650/10– ORIGEM: CRP-09

CENSURA PÚBLICA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Suspensão do Exercício Profissional. Decisão parcialmente reformada para reduzir a pena aplicada para Censura Pública.

DECISÃO CRP: Suspensão do Exercício Profissional

DECISÃO CFP: Censura Pública

DATA DO JULGAMENTO: 18/06/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES

RELATORA: ELISA ZANERATTO ROSA

REVISORA: ANICE HOLANDA NUNES MAIA

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 904/10– ORIGEM: CRP-06

MULTA DE CINCO ANUIDADES

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Multa de cinco anuidades. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Multa de cinco anuidades

DECISÃO CFP: Multa de cinco anuidades

DATA DO JULGAMENTO: 18/06/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES

RELATORA: ANICE HOLANDA NUNES MAIA

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 929/10– ORIGEM: CRP-06

ADVERTÊNCIA

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Advertência. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Advertência

DATA DO JULGAMENTO: 18/06/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES

RELATORA: MARIA CRHRISTINA BARBOSA VERAS

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

CFP N.º 4191/10– ORIGEM: CRP-11

ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Advertência. Decisão reformada.

DECISÃO CRP: Advertência

DECISÃO CFP: Arquivamento

DATA DO JULGAMENTO: 18/06/2010

PRESIDENTE DA SESSÃO: ANA MARIA PEREIRA LOPES

RELATORA: JUREUDA DUARTE GUERRA

Agenda

I Encontro Nacional de Psicólogos Negros e Pesquisadores sobre Relações Inter-raciais e Subjetividade no Brasil (I PSINEP)

Data: 13.10.2010 a 15.10.2010
Cidade: São Paulo -SP
Link: www.crpssp.org.br

1º Congresso Brasileiro de Psicologia e Adolescência

Data: 13.10.2010 a 16.10.2010
Cidade: São Paulo -SP
Link: www.eppa.com.br/congresso_adolescencia

“Um Modelo de Atendimento a Famílias com Doenças Crônicas, Terminais e Perdas”, com John Rolland, MD.

Data: 22.10.2010 a 23.10.2010
Cidade: Londrina -PR
Telefone: (43) 3327-6676
E-mail: rp.degrau@sercomtel.com.br
Link: www.ftsa.edu.br/workshop

XL Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia

Data: 20.10.2010 a 23.10.2010
Cidade: Curitiba
Telefone: (016) 3352 8889
E-mail: sbp@sbponline.org.br
Link: www.sbponline.org.br

1º Congresso Brasileiro de Psicologia E Saúde Mental

Data: 03.11.2010 a 06.11.2010
Cidade: São Paulo -SP
Telefone: (11) 9944 9770/ (24)9992 6827
E-mail: eppa@eppa.com.br
Link: www.eppa.com.br/congresso_saude_mental

III Congresso Brasileiro de Toxicologia Clínica: “Toxicologia Clínica nas Redes de Atenção à Saúde”

Data: 10.11.2010 a 12.11.2010
Cidade: Florianópolis -SC
Telefone: (48) 30285154
E-mail: toxicologiaclinica@praxis.srv.br
Link: www.toxicologiaclinica2010.ufsc.br

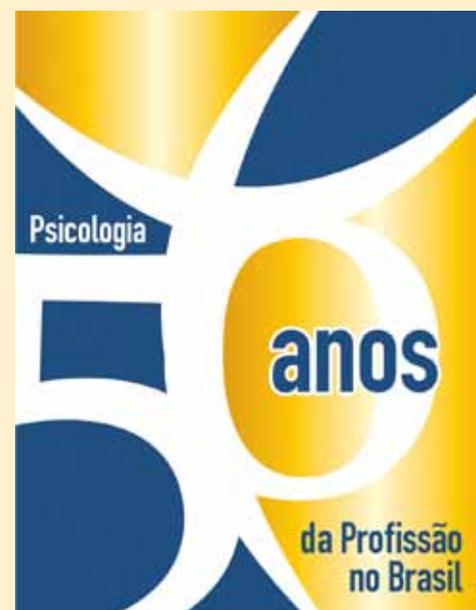
Psicoterapia Integrativa com Dr. Frank M. Dattilio

Data: 12.11.2010 a 14.11.2010
Cidade: São Paulo-SP
Telefone: (11) 4083.2555
E-mail: atendimentoitc@itcbr.com
Link: <http://www.itcbr.com>

I Congresso Internacional Wilhelm Reich 2010

Data: 30.10.2010 a 01.11.2010
Cidade: Atibaia-SP
Telefone: (011) 4418-1318
E-mail: contato@brasil-coreenergetics.com.br
Link: www.brasil-coreenergetics.com.br

**Psicólogo/a:
para receber
os boletins do CFP,
cadastre seu email em
www.pol.org.br**



IMPRESSO

Conselho Federal de Psicologia

Fone: (61) 2109-0100
Fax: (61) 2109-0150
SAF/Sul Quadra 02, Lote 02, Bloco B, Ed. Via Office, Sala 104
CEP 70.719-900 – Brasília – DF
e-mail: contato@pol.org.br
home page: www.pol.org.br



Impresso Especial

9912255217/2010-DR/BSB
CFP

...CORREIOS...